

## MERCADO DE TRABALHO

# Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas – resultados da PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2022

**Sandro Sacchet de Carvalho**

Técnico de planejamento e pesquisa  
na Diretoria de Estudos e Políticas  
Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

sandro.sacchet@ipea.gov.br

Divulgado em 10 de junho de 2022.

## Sumário

Os rendimentos habituais reais médios apresentaram uma queda de 8,7% no primeiro trimestre de 2022 em comparação com o mesmo trimestre de 2021, sendo o quarto trimestre consecutivo de queda interanual na renda. Apesar de parte desse movimento descendente ser apenas o inverso do observado ao longo de 2020, quando os rendimentos habituais apresentaram um crescimento acelerado, a renda habitual encontra-se abaixo dos níveis observados antes da pandemia. A renda média habitual real de R\$ 2.548 do primeiro trimestre de 2022 é, porém, superior ao valor do quarto trimestre de 2021 (que foi o menor valor registrado na série histórica da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)). Em relação à renda efetiva, observou-se redução de 6,2% na comparação interanual, aproximando-se ainda mais da queda da renda habitual. Na comparação com o primeiro trimestre de 2020, a queda da renda efetiva foi de 8,5%.

Por grupos demográficos, as maiores quedas na renda na comparação com o mesmo período do ano passado foram registradas no Sudeste e Sul, entre os trabalhadores mais velhos e com ensino superior. Trabalhadores do Norte, mais jovens e com ensino fundamental foram os únicos a apresentarem pequenos aumentos na renda efetiva no primeiro trimestre de 2022. Nenhum grupo demográfico apresentou aumento da renda habitual.

Todavia, analisando por tipo de vínculo, revela-se que o pior impacto da queda nos rendimentos no primeiro trimestre de 2022 foi encontrado nos trabalhadores do setor público, com quedas da renda habitual e efetiva de 12,9% e 10,9%, respectivamente. No entanto, os empregados do setor privado (com carteira ou sem carteira) também apresentaram quedas nos rendimentos, porém menores que as observadas no trimestre anterior. Os trabalhadores por conta própria, que haviam registrado um crescimento da renda efetiva nos últimos trimestres, e apresentado quedas menores na renda habitual, mostraram uma deterioração da renda no início de 2022, com quedas das rendas efetivas e habituais de 2,8% e 6,4% respectivamente.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, apesar da relativa queda dos rendimentos habituais médios observadas nos últimos meses, a parcial recuperação da população ocupada mitigou o impacto negativo na massa salarial real habitual. No

primeiro trimestre de 2022, a massa habitual foi 0,2% maior que um ano atrás (somando R\$237,7 bilhões, valor R\$ 0,4 bilhão maior que no ano anterior) e houve um crescimento de 2,9% da massa efetiva em comparação com o ano anterior, totalizando R\$259,6 bilhões.

Outro importante efeito da pandemia foi o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho devido à pandemia, que saltou de 22,3% no primeiro trimestre de 2020 para 28,5% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho recuou para 22,2% no quarto trimestre de 2021, aproximando-se dos patamares anteriores à pandemia (média de 21,5% em 2019). Contudo, o primeiro trimestre de 2022 revelou novo aumento dos domicílios sem renda do trabalho, alcançando 23,3%.

A queda maior da renda entre os servidores públicos em parte se reflete na maior queda dos rendimentos dos domicílios de renda mais alta e explica parte da queda da desigualdade de renda captada pelo índice de Gini nos últimos trimestres. Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente em 2021. No primeiro trimestre de 2022, houve novamente um recuo da desigualdade em comparação ao trimestre anterior, tendo atingido 0,51 para a renda domiciliar do trabalho e 0,481 para a renda individual.

## 1 Renda média e massa salarial

Os dados do último trimestre de 2021 confirmaram que a reaproximação da renda efetiva em relação à habitual já se encontrava completa, restando apenas pequenas diferenças entre os trabalhadores informais. De fato, nesse trimestre, já se observava uma queda interanual da renda efetiva semelhante à queda da renda habitual, em contraste com os dois trimestres anteriores, quando o desempenho da renda efetiva havia sido superior ao da renda habitual - visto que, na comparação interanual, estávamos comparando com o pior período relativo ao mercado de trabalho durante a pandemia (2º e 3º trimestres de 2020).

No primeiro trimestre de 2022, os dados da PNAD Contínua mostram que, mesmo com o recrudescimento da pandemia causado pela variante Ômicron observado em janeiro e fevereiro, não houve impactos diferenciados nos rendimentos dos trabalhadores, não sendo observado um novo descolamento entre a renda efetiva e habitual.

Os rendimentos habituais reais médios apresentaram uma queda de 8,7% no primeiro trimestre de 2022 em comparação com o mesmo trimestre de 2021, sendo o décimo trimestre móvel consecutivo com uma queda acima de 5% (e décimo segundo consecutivo de queda da renda habitual). Trata-se, porém, de uma queda interanual menor do que a observada no quarto trimestre de 2021 (10,7%). A renda média habitual real observada no primeiro trimestre de 2022 foi de R\$2.548, valor 1,5% maior que o do trimestre anterior, mas ainda um dos menores valores observados na série histórica da PNAD Contínua, como mostra o gráfico 1.

Parte desse movimento de queda da renda é apenas o inverso do observado ao longo de 2020, quando os rendimentos habituais apresentaram um crescimento acelerado, atingindo um crescimento interanual de 8,2% no trimestre móvel entre maio e julho de 2020. Após o terceiro trimestre, houve uma desaceleração dessa alta, mas ainda assim observou-se um crescimento de 2,5% no quarto trimestre de 2020.

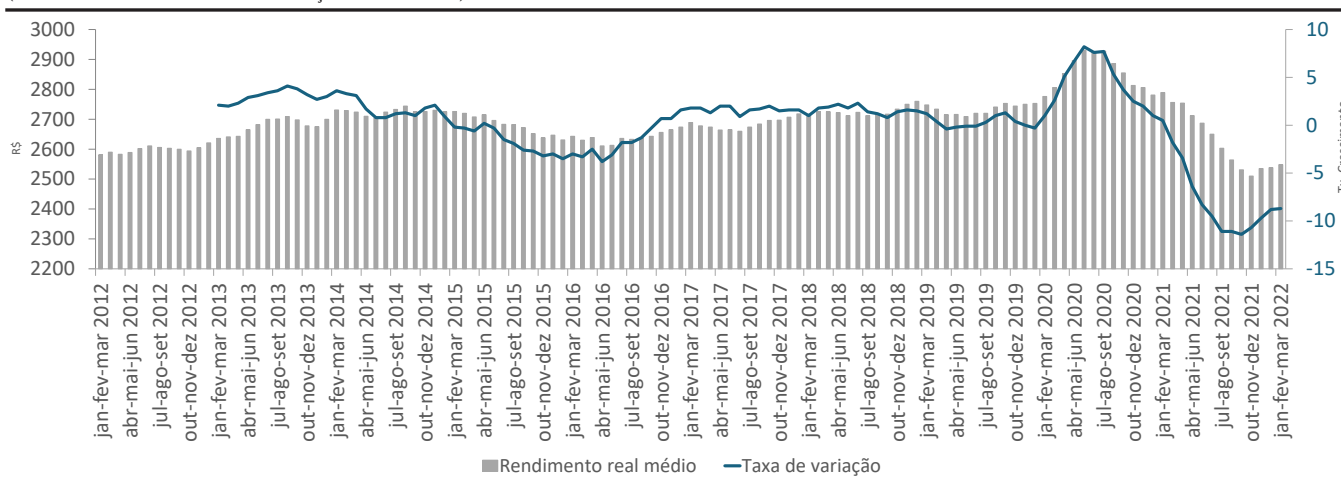
Tanto o crescimento do rendimento real médio observado durante 2020 como a queda verificada a partir de 2021 resultaram, em grande medida, de um efeito composição. No caso da elevação observada em 2020, esse efeito composição teve duas fontes. Primeiro, a elevação da renda habitual média se deveu ao fato de a perda de ocupações ter se concentrado nas piores remunerações,<sup>1</sup> de forma que os que permaneceram ocupados foram

1. Nos setores de construção, comércio e alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada e principalmente trabalhadores por conta própria.

os de renda relativamente mais alta. Da mesma forma, deve-se ter em mente que, após o segundo trimestre de 2020, a PNAD Contínua realizava suas entrevistas por telefone, o que causou um aumento da não resposta na pesquisa. Na medida em que tais impactos não estivessem aleatoriamente distribuídos na amostra, tal fato pode ter afetado os resultados.<sup>2</sup>

De forma simétrica, parte da queda dos rendimentos médios a partir de 2021 deveu-se ao retorno dos trabalhadores informais e por conta própria ao mercado de trabalho,<sup>3</sup> levando à redução do rendimento habitual médio, que saiu de um pico de R\$ 2.931 no trimestre móvel encerrado em julho de 2020 para R\$ 2.510 no último trimestre de 2021, como mostra o gráfico 1. De certa forma, o arrefecimento do aumento da renda habitual indica o retorno à normalidade do mercado de trabalho. Contudo, percebe-se que esse retorno aos movimentos habituais do mercado de trabalho ocorre em um nível de renda inferior ao observado anteriormente à pandemia.

GRÁFICO 1  
**PNAD Contínua: rendimento habitual médio**  
 (Valor absoluto e taxa de variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

No gráfico 2 mostra-se a taxa de variação interanual do rendimento efetivo médio e a razão de rendimentos entre a renda efetiva e a habitual entre 2017 e o segundo trimestre de 2021. O crescimento da renda efetiva interanual entre 2017 e 2019 seguia de perto o crescimento da renda habitual, oscilando em torno de 1%. A partir do trimestre móvel iniciado em abril de 2020, a renda efetiva apresentou consecutivas quedas, apenas se recuperando após setembro. O crescimento interanual da renda efetiva cresceu 1% ao fim do segundo trimestre de 2021. Porém, no terceiro trimestre de 2021, a renda efetiva caiu 6,1% em comparação com o mesmo trimestre de 2020 (contra queda de 11,1% da renda habitual neste mesmo trimestre). No primeiro trimestre de 2022 a renda efetiva caiu 6,2%, uma queda menor que a observada no trimestre anterior. E na comparação com o primeiro trimestre de 2020, a queda da renda efetiva foi de 8,5%, sinalizando que a atual queda dos rendimentos seria apenas um efeito do retorno dos trabalhadores de menor renda à ocupação.

Como mostra também o gráfico 2, a partir do trimestre terminado em abril de 2021, a renda efetiva sempre alcançou em média 99% da renda habitual, sinalizando que o descolamento entre as séries parece ter chegado ao fim no segundo trimestre de 2021, o que se confirmou nos últimos dois trimestres.

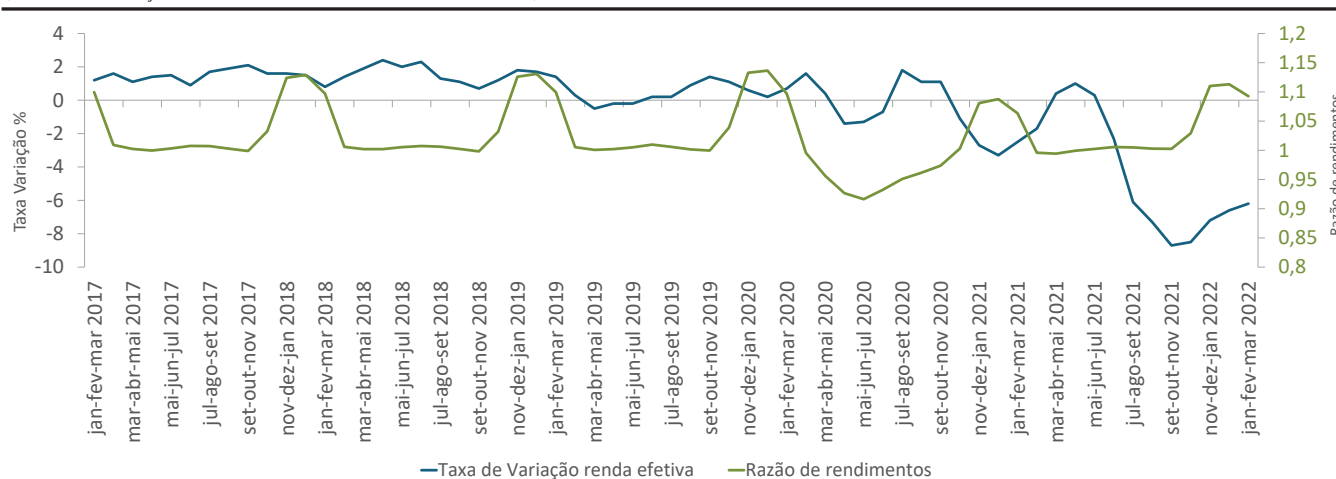
2. Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/03/a-reducao-no-numero-de-entrevistas-na-pnad-continua-durante-a-pandemia-e-sua-influencia-para-a-evolucao-do-emprego-formal/>>.

3. Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas que também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho, estão disponíveis em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/11/analise-das-transicoes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro-no-periodo-da-covid-19/>>.

GRÁFICO 2

**PNAD Contínua: rendimento efetivo médio**

(Taxa de variação interanual e razão de rendimentos)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Evidências adicionais do fenômeno analisado acima são apresentadas no gráfico 3. Na abertura por vínculo de ocupação, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que os trabalhadores do setor público foram os únicos trabalhadores que apresentaram decréscimo real de rendimentos habituais médios no início da pandemia (até o trimestre móvel terminado em maio), e esse foi justamente o único tipo de vínculo em que a população ocupada cresceu durante esse período. Destacam-se os trabalhadores sem carteira, cujos rendimentos médios apontaram aumento de até 15,5% na comparação interanual (trimestre móvel terminado em setembro). Os rendimentos habituais médios dos trabalhadores por conta própria também subiram significativamente, seguidos em menor medida pelos trabalhadores privados com carteira.

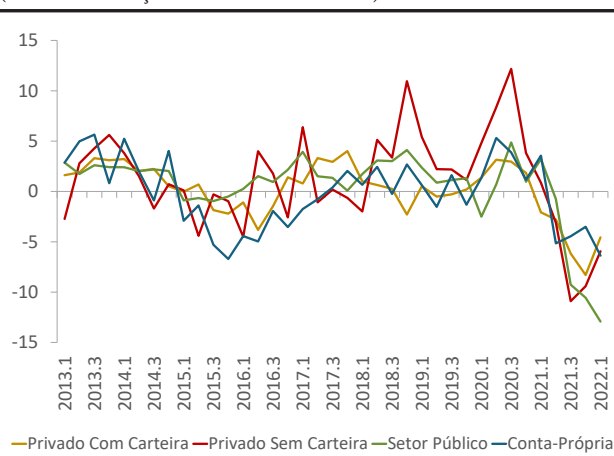
Esse padrão reforça a noção de que, no início da pandemia, os trabalhadores mais vulneráveis reduziram a sua participação no mercado de trabalho, causando, por meio do efeito composição, o significativo aumento da renda habitual dos trabalhadores privados sem carteira e por conta própria. No entanto, os trabalhadores com maior grau de estabilidade e segurança, notadamente aqueles do setor público, foram aqueles para os quais a renda habitual apresentou queda no início da pandemia e, posteriormente, menor crescimento.

Contudo, a partir do segundo trimestre de 2021 houve uma queda crescente da renda habitual para todos os tipos de vínculo. Os trabalhadores sem carteira e do setor público fecharam o primeiro trimestre de 2022 com quedas de 6% e 12,9% respectivamente. Os trabalhadores privados com carteira tiveram uma queda na renda habitual de 4,6% e os trabalhadores por conta própria de 6,4%.

GRÁFICO 3

**PNAD Contínua: rendimento habitual médio real, por tipo de vínculo**

(Taxa de variação interanual – em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na tabela 1 mostra-se, por tipo de vínculo, as taxas de crescimento da renda efetiva e habitual, bem como a razão de rendimentos para o ano de 2020 e 2021. Conforme os dados da PNAD Covid-19 já indicavam, foram os trabalhadores por conta própria que tiveram o maior impacto em suas rendas. Enquanto que, para esses trabalhadores, a renda habitual crescera 5,3% no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a renda efetiva apresentara uma queda de 16,6%. Da mesma forma, no segundo e terceiro trimestres de 2021, esses trabalhadores apresentaram um crescimento de 17,3% e 8,6% da renda efetiva, respectivamente, mostrando uma recuperação em relação aos níveis anteriores da pandemia. Contudo, os dados do primeiro trimestre de 2022 mostram uma deterioração da renda dos conta própria, com uma maior queda da renda habitual e uma queda de 2,8% da renda efetiva.

Entretanto, os empregados do setor privado (com carteira e sem carteira) mostraram uma menor queda da renda no início de 2022 em comparação com o trimestre anterior. E os trabalhadores do setor público continuam tendo a queda na renda acentuada, sendo a renda efetiva média 10,9% menor no primeiro trimestre de 2022 do que no mesmo trimestre do ano anterior.

TABELA 1

**PNAD Contínua: taxa de crescimento do rendimento médio real efetivo e habitual, e razão de rendimentos, por tipo de vínculo**

(Taxa de variação interanual – em %)

	Privado Com Carteira	Privado Sem Carteira	Setor Público	Conta-Própria
<b>Painel A: Crescimento interanual da renda habitual</b>				
2020.1	1,4	4,8	- 2,5	1,4
2020.2	3,2	8,4	0,7	5,3
2020.3	3,0	12,2	4,9	3,9
2020.4	1,8	3,8	1,0	1,2
2021.1	- 2,1	0,9	3,2	3,6
2021.2	- 2,8	- 3,1	- 0,8	- 5,2
2021.3	-6,2	-10,9	-9,3	-4,5
2021.4	-8,3	-9,4	-10,5	-3,5
2022.1	-4,6	-5,9	-12,9	-6,4
<b>Painel B: Crescimento interanual da renda efetiva</b>				
2020.1	0,4	5,3	-1,7	1,5
2020.2	0,4	-2,0	0,1	-16,6
2020.3	0,4	3,8	3,2	-10,2
2020.4	-1,3	1,5	-0,4	-5,9
2021.1	-5,3	-1,2	0,4	0,5
2021.2	0,3	6,2	0,6	17,3
2021.3	-3,2	-4,0	-7,3	8,6
2021.4	-6,6	-7,6	-9,6	2,7
2022.1	-1,9	-4,5	-10,9	-2,8
<b>Painel C: Razão de rendimentos</b>				
2020.1	1,19	1,00	1,17	0,96
2020.2	1,00	0,88	1,01	0,77
2020.3	1,00	0,90	1,03	0,84
2020.4	1,06	0,96	1,05	0,90
2021.1	1,15	0,98	1,14	0,93
2021.2	1,03	0,96	1,03	0,95
2021.3	1,03	0,97	1,05	0,95
2021.4	1,08	0,98	1,06	0,96
2022.1	1,18	0,99	1,16	0,97

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 mostra a desagregação salarial por diferentes recortes. Em termos regionais, a renda efetiva mostrou maiores quedas nas regiões Sudeste e Sul (quedas de 8,2% e 6,1% respectivamente). A menor queda da renda habitual foi observada no Norte, que inclusive mostrou um pequeno aumento da renda efetiva no início de 2022.

O corte por gênero revela que os rendimentos efetivos e habituais recebidos pelas mulheres, nos três últimos trimestres, mostraram quedas superiores às dos homens (6,7% contra 5,5% da renda efetiva no primeiro trimestre de 2022 e 8,7% contra 8,3% da renda habitual).

O detalhamento por faixa etária indica que o desempenho da renda tem sido pior para idades mais elevadas nos últimos trimestres. Os trabalhadores mais jovens apresentaram um pequeno aumento da renda efetiva no início de 2022, ao passo que, para os ocupados com 60 anos ou mais, houve queda de 14,5% da renda efetiva. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, as quedas da renda efetiva foram mais intensas entre os trabalhadores com maior nível de escolaridade (queda de 6,9%).

TABELA 2

**PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio real por dados desagregados, habitual e efetivo (4º trim.2020-1º trim. 2022)**

(Taxa de variação interanual – em %)

	Renda habitual						Renda Efetiva					
	4º T/2020	1º T/2021	2º T/2021	3º T/2021	4º T/2021	1º T/2022	4º T/2020	1º T/2021	2º T/2021	3º T/2021	4º T/2021	1º T/2022
Centro-oeste	1,8	1,2	-2,0	-8,2	-6,9	-4,8	0,4	-0,8	3,5	-4,5	-5,5	-2,0
Nordeste	-0,3	-3,3	-9,0	-9,3	-9,2	-7,5	-2,2	-7,5	-2,6	-3,7	-8,1	-4,2
Norte	1,8	2,7	-10,3	-4,3	-7,5	-4,1	0,8	-3,4	-4,3	-1,7	-7,9	0,5
Sudeste	3,4	-0,1	-6,7	-13,2	-12,5	-9,9	-1,6	-1,9	1,5	-7,9	-9,2	-8,2
Sul	3,4	4,3	-3,2	-8,5	-10,5	-9,5	0,7	-0,8	4,2	-3,3	-8,9	-6,1
Masculino	1,2	-0,9	-6,8	-10,7	-10,2	-8,3	-2,5	-4,5	0,7	-5,7	-7,9	-5,5
Feminino	4,0	2,2	-5,7	-11,4	-11,1	-8,7	0,7	0,2	1,3	-6,3	-9,0	-6,7
14 a 24anos	0,9	-0,5	0,7	-2,5	-2,8	-0,5	-2,5	-2,9	7,2	1,8	-0,7	0,8
25 a 39anos	-0,9	-3,4	-7,7	-8,7	-6,1	-4,3	-3,4	-6,8	-2,0	-4,6	-4,6	-1,8
40 a 59anos	3,4	1,3	-5,0	-12,1	-8,3	-11,0	-0,4	-1,7	3,8	-6,8	-5,5	-7,9
60 anos ou mais	5,8	8,2	-8,3	-17,7	-14,1	-15,0	-1,6	6,6	0,3	-8,9	-9,9	-14,5
Não Chefe Família	0,5	-0,9	-8,0	-10,4	-8,8	-5,6	-2,6	-4,1	-2,1	-5,8	-7,1	-3,2
Chefe Família	3,7	1,2	-4,9	-11,2	-11,7	-10,6	-0,2	-1,7	3,8	-5,7	-8,9	-8,0
Fundamental incompleto	1,8	-2,0	-4,2	-4,2	-5,2	-0,1	-1,9	-6,3	8,5	1,8	-3,5	2,8
Fundamental completo	1,0	2,1	-7,8	-6,9	-4,7	-4,5	-2,7	-5,6	1,9	-1,7	-2,0	2,0
Médio incompleto	-1,3	-0,9	-7,7	-7,4	-3,3	-3,4	-5,1	-5,1	2,5	-1,7	-1,4	-0,2
Médio completo	-3,7	-4,7	-7,7	-8,2	-5,5	-2,1	-7,3	-8,0	0,2	-3,7	-3,5	0,7
Superior	-3,8	-3,5	-5,3	-10,2	-9,9	-9,4	-7,0	-5,9	0,6	-4,7	-7,0	-6,9
Não Região Metropolitana	4,1	1,1	-5,8	-10,3	-9,9	-6,5	1,1	-2,6	1,7	-6,6	-8,6	-3,9
Região Metropolitana	1,7	0,2	-7,5	-12,1	-12,0	-10,5	-2,3	-2,3	-0,3	-5,9	-8,9	-8,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

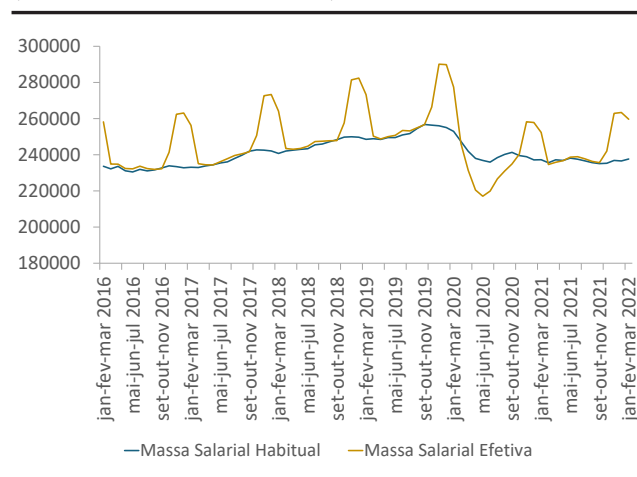
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, apesar de se observar um relativo aumento dos rendimentos habituais médios em 2020, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real habitual. Na comparação interanual, os dados apontam que, já no trimestre móvel terminado

em abril de 2020, a massa de rendimentos real habitualmente recebida apresentou uma queda de 0,6%. Ao longo de 2020, a massa habitual acelerou a tendência decrescente, mostrando uma queda de 6,2% no primeiro trimestre de 2021. Contudo, quando os rendimentos habituais médios apresentaram queda significativa, a massa habitual apresentou quedas menos significativas devido justamente à recuperação da população ocupada durante 2021. No primeiro trimestre de 2022, houve um pequeno aumento de 0,2% da massa habitual em comparação com o mesmo trimestre de 2021, alcançando R\$ 237,7 bilhões (R\$ 405 milhões maior que um ano atrás).

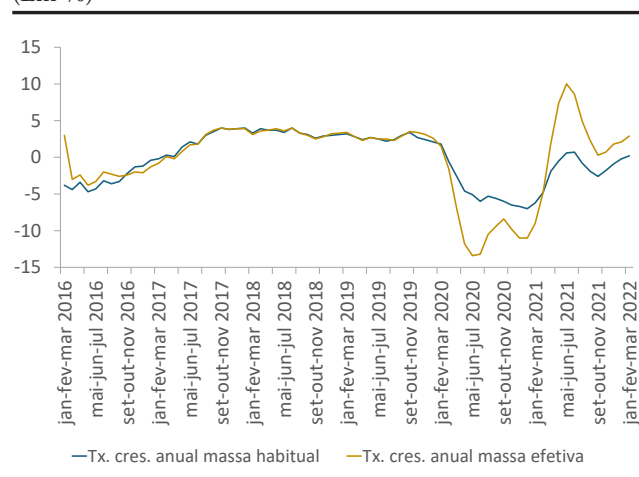
Cabe ressaltar que, considerando a massa dos rendimentos efetivos, a queda chegou a alcançar 13,4% no trimestre móvel terminado em julho de 2020. No primeiro trimestre de 2022 houve um crescimento de 2,9% (alcançando a soma de R\$ 259,7 bilhões, valor R\$ 7,3 bilhões maior que no ano anterior). Contudo, o gráfico 4 é claro em mostrar que a massa salarial se encontra ainda abaixo dos níveis de 2019.

**GRÁFICO 4**  
**Massa salarial real, habitual e efetiva**  
(Valor absoluto em R\$ milhões)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 5**  
**Taxa de variação interanual da massa salarial real, habitual e efetiva**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## 2 Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço relevantes para diferentes segmentos da população pode apresentar diferenças significativas por períodos consideráveis de tempo, quando se leva em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No anexo detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 3 mostra-se o crescimento anual da renda do trabalho habitual domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice. Os dados revelam que foram os domicílios de renda mais baixa que apresentaram maior crescimento na renda domiciliar habitual ao longo do ano de 2020, o que reflete a maior proporção de trabalhadores informais nessas faixas de renda, enquanto que foram os domicílios de renda alta que sofreram a maior redução proporcional na

renda domiciliar do trabalho ao longo de 2021. No primeiro trimestre de 2022, porém, foram novamente os domicílios de renda mais alta os que tiveram uma maior queda da renda habitual (3,98%), enquanto que foi a faixa de renda baixa (faixa 2) a que apresentou uma menor queda: 1,17%.

TABELA 3

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda**

(Taxa de variação interanual – em % - deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2016.1	-2,30	1,74	1,44	0,38	1,14	1,65
2016.2	-2,76	0,29	1,76	0,02	-0,17	-3,59
2016.3	-2,96	-2,06	-0,19	0,28	0,32	-4,83
2016.4	-1,58	-1,02	0,74	1,20	0,71	-1,00
2017.1	-1,93	-1,64	-0,78	-1,30	-1,58	-4,82
2017.2	4,71	2,70	-0,40	-0,67	2,05	4,39
2017.3	4,96	2,40	-1,02	-0,58	2,23	9,24
2017.4	5,32	1,89	-0,96	-0,71	2,38	6,98
2018.1	4,70	2,96	-0,19	-0,48	1,76	8,18
2018.2	-1,72	-1,14	-0,28	-0,56	-1,88	1,61
2018.3	-2,45	-1,91	-0,83	-0,66	-2,95	1,44
2018.4	0,10	0,15	1,80	4,65	2,26	1,80
2019.1	0,32	0,41	2,14	4,91	2,64	1,62
2019.2	-0,73	0,09	1,24	3,25	2,11	2,15
2019.3	-0,11	0,73	2,27	4,49	2,99	0,34
2019.4	-1,83	-1,06	-1,08	-1,85	-1,97	-1,67
2020.1	-1,71	0,34	0,96	-1,49	-1,77	-3,27
2020.2	3,57	-1,61	-1,06	-0,81	-1,20	-2,65
2020.3	2,50	-2,23	-2,35	-2,13	-1,29	-1,83
2020.4	-0,17	-0,75	-0,50	-2,19	-2,08	-6,97
2021.1	-0,70	-3,45	-3,94	-2,76	-1,85	-2,44
2021.2	-5,72	-0,75	-0,87	-2,78	-2,47	-6,99
2021.3	-3,07	-0,11	-0,60	-1,11	-0,20	-5,78
2021.4	-3,16	-2,23	-2,48	-1,78	-1,70	-1,27
2022.1	-1,98	-1,17	-1,79	-2,38	-1,71	-3,98

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O impacto da pandemia sobre a renda domiciliar do trabalho fica mais claro com os dados da tabela 4, que mostram a proporção dos domicílios por faixa de renda calculada de acordo com a renda efetiva do trabalho e a taxa de crescimento interanual dos rendimentos domiciliares efetivos do trabalho em 2020 e em 2021. O que mais chama a atenção na tabela é o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho devido à pandemia, que saltou de 22,35% no primeiro trimestre de 2020 para 28,55% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho ainda apresentou estabilidade entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, refletindo a lenta recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia. No segundo trimestre de 2021, a proporção de domicílios sem renda do trabalho iniciou uma queda refletindo a recuperação da população ocupada. Entretanto, a proporção de domicílios sem renda do trabalho voltou a subir no início de 2022, passando de 22,2% no quarto trimestre de 2021 para 23,3% no primeiro trimestre de 2022. No último trimestre, houve também um aumento da proporção de domicílios nas faixas de renda mais altas (faixas 4 a 6), e uma diminuição da proporção nas demais faixas. No painel B mostra-se que o desempenho da renda domiciliar efetiva foi pior na faixa de renda alta, com quedas de 2,3%.



TABELA 4

**PNAD Contínua: crescimento do rendimento médio efetivo real domiciliar e proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (2020-2021)**

	Faixa de Renda						
	Sem renda	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
Painel A: Proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho efetiva (%)							
2020.1	22,35	26,26	12,87	15,77	14,18	5,81	2,76
2020.2	28,55	28,04	10,54	14,99	11,32	4,51	2,05
2020.3	28,04	28,71	10,76	14,93	10,95	4,47	2,14
2020.4	25,58	27,62	12,69	14,86	11,94	4,96	2,36
2021.1	25,58	27,08	12,06	14,86	12,56	5,36	2,51
2021.2	24,45	28,76	12,85	14,7	12,1	5,00	2,14
2021.3	22,99	29,92	11,89	16,37	12	4,79	2,04
2021.4	22,22	28,87	12,73	16,31	12,88	4,99	1,99
2022.2	23,35	26,35	12,7	15,65	14,01	5,67	2,28
Painel B: Crescimento interanual da renda domiciliar efetiva do trabalho (%)							
2020.1	---	-2,61	-0,02	0,50	-1,60	-1,71	-4,69
2020.2	---	0,26	-1,97	-1,86	-1,19	-1,96	-5,09
2020.3	---	0,77	-1,94	-2,28	-2,11	-1,51	-4,42
2020.4	---	-1,10	-0,37	-0,32	-2,01	-2,28	-8,23
2021.1	---	-0,75	-3,18	-3,51	-2,60	-1,90	-3,54
2021.2	---	-3,07	-0,09	0,11	-2,18	-1,49	-2,87
2021.3	---	-1,19	0,35	0,02	-0,02	1,00	-2,40
2021.4	---	-2,01	-2,29	-2,56	-1,65	-0,76	-0,25
2022.2	---	-0,97	-0,85	-1,28	-1,62	-0,50	-2,30

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

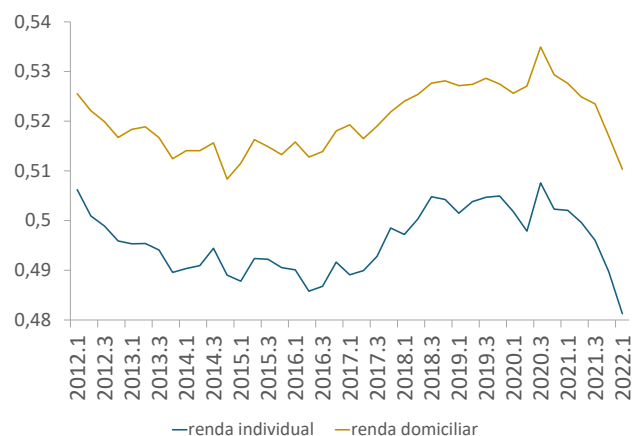
O gráfico 6 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habitual. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu cerca de 0,508 no quarto trimestre de 2014 para 0,535 no terceiro trimestre de 2020. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,486 no segundo trimestre de 2016 para 0,508 no terceiro trimestre de 2020. Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente em 2021. No primeiro trimestre de 2022, houve novamente um recuo da desigualdade em comparação ao trimestre anterior, tendo atingido 0,51 para a renda domiciliar. Analisando a desigualdade de acordo com a renda efetiva, a trajetória é semelhante, mas ao contrário da renda habitual, teria havido um pequeno aumento da desigualdade no início de 2022.

De forma mais concreta, no primeiro trimestre de 2022, a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta (ver anexo) era 28 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, valor menor que no primeiro trimestre de 2021 (28,8), o que reflete a maior queda da renda entre os domicílios de renda mais alta observada na tabela 3 nos últimos quatro trimestres.

Os dados do gráfico 7, que mostram os índices de Gini por tipo de vínculo, revelam que a trajetória desse índice durante a pandemia foi causada pelo comportamento dos trabalhadores sem carteira, com o índice para esse grupo saltando de 0,504 no primeiro trimestre de 2020 para 0,526 no terceiro trimestre, o que reflete a maior dificuldade dos trabalhadores mais vulneráveis desse grupo em permanecer no mercado de trabalho durante a pandemia. Os demais tipos de vínculo apresentaram relativa estabilidade em 2020, exceto no setor público, onde a desigualdade se reduziu após o primeiro trimestre de 2021 e se estabilizou ao longo do ano, fato que pode ser explicado pela menor utilização de servidores temporários durante a pandemia (que são a maior parte de servidores sem vínculo captados pela PNAD Contínua); dado que esses servidores têm menor média

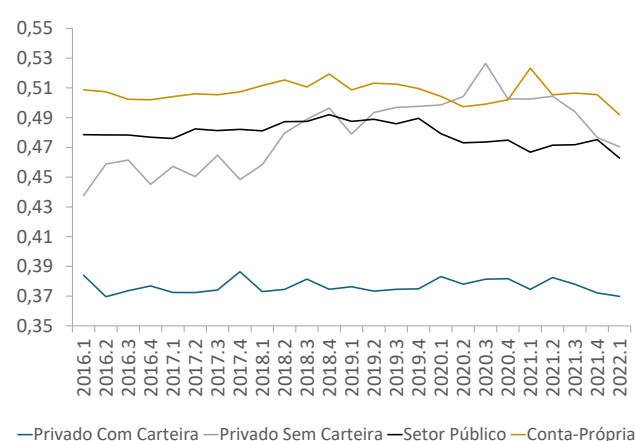
salarial, sua saída da força de trabalho causa uma redução da desigualdade salarial. Por outro lado, o recuo da desigualdade após o terceiro trimestre de 2021 foi causado pela queda da desigualdade entre os empregados no setor privado (com e sem carteira de trabalho assinada), mas ocorreu em todos os tipos de vínculos no último trimestre.

**GRÁFICO 6**  
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos: renda individual e domiciliar (Índice de Gini)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 7**  
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos por tipo de vínculo (Índice de Gini)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

### 3 Horas trabalhadas e afastamento do trabalho

Os dados de 2021 (tabela A.3, no apêndice) mostram que as horas efetivamente trabalhadas não foram afetadas por novas ondas da pandemia, sendo que a razão entre as horas efetiva e habitualmente trabalhadas no ano se situaram no mesmo nível de 2019 e acima do observado em 2020. Os dados do primeiro trimestre de 2022 apontam na mesma direção, indicando que o recrudescimento da pandemia causado pela variante ômicron não impactou as horas médias trabalhadas. A tabela A.4 no apêndice mostra a razão entre as horas efetivas e habituais para diferentes grupos demográficos.

O impacto sobre as horas efetivamente trabalhadas foi causado principalmente pelo maior afastamento do trabalho devido à pandemia. Se considerarmos apenas os ocupados que não estavam afastados, a razão entre as horas efetivas e habitualmente trabalhadas seria, no segundo trimestre de 2020, de 91,8%, valor significativamente menor que os 97,9% observados para o mesmo grupo no ano anterior, porém uma diferença bastante menos pronunciada que a observada na tabela A.3. A tabela 5 mostra a proporção de trabalhadores ocupados afastados do trabalho por tipo de vínculo em 2019 e 2022.

A tabela 5 já detecta um aumento do afastamento do trabalho no primeiro trimestre de 2020, especialmente entre trabalhadores do setor público. No segundo trimestre daquele ano, o afastamento da ocupação atingiu 15,9% dos trabalhadores, afetando mais de 13 milhões de pessoas. Além do setor público, foram os trabalhadores por conta própria e os empregados privados sem carteira os mais atingidos. No quarto trimestre de 2020, a proporção de trabalhadores afastados já havia amplamente retornado aos patamares habituais, resultado que foi mantido ao longo de 2021 e no início de 2022, confirmando que as novas ondas da Covid-19 não causaram um novo aumento do afastamento do trabalho.

Além disso, como aponta a tabela A.5 no apêndice, que mostra o motivo do afastamento, a pandemia deixa de ser a maior causa do afastamento do trabalho. A linha 'outro motivo' na tabela, que capta todos os motivos de afastamento não especificados e, portanto, os causados pela pandemia (para os não infectados), ainda indica patamares acima do que se observava antes de 2020, mas em rápido declínio e se aproximando dos valores de 2019. Contudo, também se observa um menor afastamento por férias que o habitual e um maior afastamento por licença médica, o que provavelmente pode ser explicado justamente pelos infectados com o coronavírus.

TABELA 5

**PNAD Contínua: trabalhadores ocupados afastados do trabalho por tipo de vínculo (2019-2021)**

(Em %)

	2019				2020				2021				2022
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.
Brasil	3,84	2,05	2,57	2,53	6,62	15,88	4,18	2,72	3,31	2,27	1,99	1,84	3,25
Privado com carteira	4,04	2,54	3,11	3,04	6,47	14,64	4,65	3,25	3,62	2,89	2,64	2,43	3,42
Privado sem carteira	2,23	1,31	1,3	1,64	5,11	16,79	3,04	1,69	1,84	1,54	1,17	0,97	1,98
Estatuário/militar	9,05	3,5	5,72	4,8	12,62	19,83	7,76	5,38	6,73	3,51	4,02	3,84	7,83
Público CLT	7,58	2,57	5,88	4,81	12,89	17,05	5,22	3,21	5,7	2,86	3,95	3,72	6,72
Público sem carteira	6,83	2,05	4,16	3,5	11,54	24,7	7,43	4,35	4,81	2,02	1,83	1,84	4,84
Empregador	2,67	1,04	1,25	1,65	5,98	11,75	2,01	1,64	2,59	1,64	0,62	0,52	1,8
Conta própria	2,97	1,7	1,75	1,82	5,71	16,78	3,18	1,87	2,68	1,7	1,26	1,22	2,6

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## 4 Considerações finais

Os dados da PNAD Contínua mostraram que, no primeiro trimestre de 2022, as horas efetivamente trabalhadas e a proporção de afastados do trabalho não foram afetados significativamente pela onda da pandemia ocorrida no período. Contudo, segue sendo observada uma deterioração dos rendimentos. Em que pese a diferença entre a renda efetiva e habitual do trabalho já não se apresentarem significativas, o trimestre apresentou, assim como o trimestre anterior, relevante queda interanual da renda habitual e efetiva. Apesar de parte desse resultado ser consequência do retorno de trabalhadores menos qualificados ao mercado de trabalho, tanto as rendas efetivas quanto a habitual ainda estão abaixo dos níveis anteriores à pandemia, havendo uma queda da renda em comparação com os primeiros trimestres de 2019 e 2020. Na margem, a renda média habitual real foi um pouco superior ao menor valor histórico da série da PNAD Contínua observado no último trimestre de 2021. Os dados mostram que os empregados (com carteira privado, sem carteira privado e, sobretudo, do setor público) encontraram dificuldade em negociar reposições salariais ao longo de 2021, apesar da recuperação do crescimento observada no ano. Os empregados do setor privado mostraram, no primeiro trimestre de 2022, quedas da renda menores que no trimestre anterior, enquanto os trabalhadores do setor público e por conta própria tiveram a deterioração de sua renda intensificada.

A maior queda da renda dos trabalhadores do setor público explica, em grande medida, a maior queda dos rendimentos dos domicílios de renda mais alta ao longo dos últimos quatro trimestres - o que, por sua vez, explica parte da diminuição da desigualdade de renda captada pelo índice de Gini.

## Apêndice

TABELA A.1

## PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por faixa de renda

(Em R\$ de maio de 2021)

Renda média individual por faixa de renda						
Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	942,2	1478,1	1888,8	3007,2	5949,2	14988,4
2012.2	942,8	1491,1	1900,1	3014,1	6032,2	14780,3
2012.3	949,2	1474,8	1888,7	2994,1	5935,9	15143,1
2012.4	955,9	1465,4	1899,5	3014,2	5974,0	15056,9
2013.1	962,4	1496,9	1934,7	3038,4	6055,4	15385,0
2013.2	960,3	1503,6	1932,2	3011,5	5989,0	15417,6
2013.3	968,1	1495,1	1937,2	3003,7	5937,3	15281,7
2013.4	954,1	1490,9	1943,8	3019,3	5873,0	14672,6
2014.1	1029,4	1521,3	2045,4	3081,2	6107,5	15333,2
2014.2	1010,9	1510,4	2035,1	3051,0	6061,4	15320,2
2014.3	1001,1	1510,6	2017,9	3050,5	5984,6	15503,3
2014.4	1001,9	1510,8	1999,8	3067,9	6063,0	15161,0
2015.1	1000,4	1519,4	2012,6	3057,9	6092,2	15553,8
2015.2	996,4	1479,1	2002,1	3088,3	6127,6	16114,7
2015.3	984,3	1587,9	1946,5	3085,0	6129,7	15786,4
2015.4	954,5	1564,5	1931,2	3055,8	6052,8	15566,3
2016.1	966,6	1565,4	1989,3	3118,7	6243,3	15780,3
2016.2	954,5	1556,1	1974,7	3108,1	6253,2	15281,5
2016.3	955,4	1561,2	1995,6	3087,5	6234,9	15196,7
2016.4	945,4	1557,8	1992,1	3109,1	6156,0	15411,3
2017.1	959,2	1589,3	1989,8	3113,2	6178,6	15403,5
2017.2	1010,7	1542,7	1980,2	3107,8	6458,8	15947,5
2017.3	1005,8	1525,3	1978,8	3090,4	6399,9	16066,2
2017.4	994,5	1520,0	1969,9	3084,6	6394,3	16363,5
2018.1	999,8	1551,0	1987,3	3113,6	6363,0	16082,2
2018.2	986,2	1541,3	1983,3	3105,7	6434,3	16122,4
2018.3	970,2	1514,2	1956,6	3092,0	6298,2	16624,1
2018.4	988,0	1510,4	2041,9	3208,5	6375,0	16583,4
2019.1	995,5	1543,3	2059,8	3215,9	6449,8	16717,6
2019.2	971,4	1511,3	2027,1	3139,9	6369,5	16796,7
2019.3	966,0	1509,9	2028,3	3156,0	6372,8	16651,5
2019.4	968,6	1501,9	2019,5	3128,8	6280,1	16869,3
2020.1	981,1	1608,3	2029,7	3168,7	6365,3	16606,3
2020.2	1042,0	1600,5	2141,5	3301,0	6595,4	16828,6
2020.3	1031,5	1585,3	2121,9	3265,4	6708,2	16971,4
2020.4	993,4	1619,9	2035,6	3184,2	6435,0	15880,3
2021.1	991,4	1594,1	2022,2	3212,5	6443,5	16609,7
2021.2	969,7	1562,9	1997,0	3148,5	6356,5	15755,6
2021.3	966,4	1505,0	1956,3	3102,4	6209,0	15774,3
2021.4	936,1	1459,3	1921,1	3043,2	6132,8	15098,1
2022.1	957,8	1495,8	1941,6	3044,2	6177,8	15375,7

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.2

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda**  
(Em R\$ de maio de 2021)

Renda média domiciliar por faixa de renda						
Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	1118,9	2422,2	3774,2	6675,8	13179,2	32290,3
2012.2	1117,2	2424,2	3795,1	6685,5	13211,9	32241,6
2012.3	1118,3	2398,2	3761,8	6646,1	13086,4	32776,3
2012.4	1125,3	2393,9	3731,2	6618,2	13205,8	32796,0
2013.1	1124,0	2400,2	3765,9	6610,1	13128,4	32810,6
2013.2	1120,5	2388,6	3746,0	6591,5	13068,4	32986,0
2013.3	1127,3	2371,9	3728,3	6555,2	13021,0	32440,1
2013.4	1113,6	2347,9	3706,3	6554,0	12943,9	31602,4
2014.1	1186,8	2454,5	3833,3	6843,1	13488,8	32659,7
2014.2	1170,7	2428,8	3793,3	6766,7	13326,3	32703,0
2014.3	1163,3	2413,8	3772,9	6726,2	13239,4	32630,0
2014.4	1160,7	2392,7	3751,6	6714,9	13200,1	31787,3
2015.1	1150,1	2374,5	3733,6	6660,5	13004,2	32254,0
2015.2	1147,0	2383,8	3704,4	6660,4	13137,4	32948,1
2015.3	1141,0	2444,0	3792,6	6602,2	13012,8	32278,4
2015.4	1114,4	2408,5	3753,3	6561,3	12888,9	31932,9
2016.1	1123,7	2415,8	3787,2	6686,0	13151,9	32787,6
2016.2	1115,3	2390,7	3769,8	6661,9	13115,3	31764,6
2016.3	1107,1	2393,8	3785,5	6620,7	13054,2	30719,5
2016.4	1096,8	2383,8	3780,9	6640,1	12980,8	31613,1
2017.1	1102,0	2376,3	3757,8	6598,9	12944,6	31208,7
2017.2	1167,9	2455,1	3754,8	6617,2	13383,6	33160,2
2017.3	1162,0	2451,3	3746,8	6582,4	13345,4	33558,8
2017.4	1155,2	2428,8	3744,8	6593,2	13289,5	33818,5
2018.1	1153,8	2446,5	3750,6	6567,1	13172,6	33760,5
2018.2	1147,7	2427,2	3744,3	6580,2	13132,2	33694,3
2018.3	1133,6	2404,5	3715,8	6539,3	12951,7	34041,1
2018.4	1156,3	2432,3	3812,2	6899,7	13589,7	34428,9
2019.1	1157,6	2456,6	3830,8	6889,2	13520,5	34307,0
2019.2	1139,3	2429,2	3790,8	6793,8	13409,9	34417,6
2019.3	1132,3	2422,0	3800,2	6832,7	13339,6	34156,4
2019.4	1135,2	2406,5	3771,1	6771,8	13322,2	33855,0
2020.1	1137,8	2464,9	3867,8	6786,5	13281,3	33186,5
2020.2	1180,0	2390,3	3750,8	6738,9	13248,5	33504,7
2020.3	1160,6	2368,0	3711,0	6687,4	13166,9	33530,3
2020.4	1133,3	2388,5	3752,3	6623,4	13044,7	31495,4
2021.1	1130,3	2379,8	3713,8	6594,5	13031,4	32365,1
2021.2	1112,7	2372,2	3716,3	6547,2	12918,4	31190,7
2021.3	1124,5	2365,7	3688,0	6607,8	13134,4	31558,0
2021.4	1097,3	2335,6	3658,5	6503,1	12811,8	31069,0
2022.1	1107,9	2352,0	3647,5	6437,2	12808,0	31078,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.3

**PNAD Contínua: razão entre horas efetiva e habitualmente trabalhadas por tipo de vínculo (2019-2021)**

	2019				2020				2021				2022
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.
Brasil	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,78	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97	0,97	0,96
Com carteira privado	0,94	0,96	0,97	0,96	0,91	0,81	0,93	0,95	0,96	0,96	0,97	0,97	0,96
Sem carteira privado	0,95	0,97	0,98	0,97	0,92	0,78	0,94	0,96	0,96	0,97	0,97	0,98	0,97
Estatutário/militar	0,89	0,95	0,94	0,94	0,84	0,76	0,89	0,92	0,92	0,95	0,96	0,96	0,92
Público CLT	0,90	0,94	0,93	0,93	0,83	0,76	0,89	0,93	0,92	0,97	0,96	0,96	0,92
Público informal	0,91	0,95	0,96	0,95	0,85	0,72	0,89	0,93	0,94	0,97	0,98	0,97	0,95
Empregador	0,95	0,97	0,98	0,97	0,90	0,77	0,93	0,96	0,95	0,97	0,98	0,98	0,97
Conta própria	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,73	0,90	0,94	0,93	0,95	0,96	0,97	0,95

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.4

**PNAD Contínua: razão entre horas efetiva e habitualmente trabalhadas por grupo demográfico (2019-2021)**

	2019				2020				2021				2022
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.
Centro-Oeste	0,94	0,96	0,97	0,96	0,93	0,84	0,94	0,96	0,96	0,97	0,98	0,97	0,96
Nordeste	0,95	0,96	0,97	0,97	0,91	0,75	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97	0,97	0,96
Norte	0,96	0,97	0,97	0,97	0,93	0,79	0,93	0,96	0,95	0,97	0,98	0,98	0,96
Sudeste	0,93	0,95	0,96	0,95	0,89	0,76	0,91	0,94	0,94	0,95	0,97	0,96	0,96
Sul	0,94	0,97	0,97	0,97	0,90	0,83	0,92	0,95	0,95	0,97	0,97	0,97	0,95
Masculino	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,81	0,93	0,96	0,96	0,97	0,97	0,97	0,96
Feminino	0,93	0,95	0,96	0,96	0,88	0,73	0,90	0,93	0,93	0,95	0,96	0,96	0,95
14 a 24 anos	0,95	0,97	0,98	0,97	0,92	0,80	0,94	0,96	0,97	0,97	0,98	0,98	0,97
25 a 39 anos	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,80	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97	0,97	0,96
40 a 59 anos	0,93	0,96	0,96	0,96	0,90	0,77	0,91	0,94	0,94	0,96	0,97	0,97	0,95
60 anos ou mais	0,93	0,95	0,96	0,95	0,89	0,68	0,88	0,92	0,92	0,94	0,95	0,96	0,94
Não chefe de família	0,94	0,96	0,97	0,96	0,91	0,78	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97	0,97	0,96
Chefe de família	0,94	0,96	0,96	0,96	0,90	0,78	0,91	0,94	0,94	0,96	0,96	0,97	0,95
Fundamental incompleto	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,79	0,92	0,95	0,95	0,96	0,96	0,96	0,95
Fundamental completo	0,95	0,96	0,97	0,97	0,91	0,78	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97	0,97	0,96
Médio incompleto	0,95	0,96	0,97	0,97	0,92	0,79	0,93	0,96	0,95	0,96	0,97	0,97	0,96
Médio completo	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,77	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97	0,97	0,96
Superior	0,92	0,96	0,96	0,95	0,88	0,78	0,92	0,94	0,94	0,97	0,97	0,97	0,95
Não Região Metropolitana	0,94	0,96	0,96	0,96	0,90	0,80	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97	0,97	0,95
Região Metropolitana	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,75	0,91	0,95	0,94	0,96	0,97	0,97	0,96

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.5

**PNAD Contínua: motivo do afastamento do trabalho (2019-2021)**

(Em %)

	2019				2020				2021				2022
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.
Férias, folga ou jornada de trabalho variável	63,33	31,83	45,11	50,18	43,24	8,05	8,37	16,18	25,97	14,19	22,94	26,66	49,45
Licença maternidade ou paternidade	6,39	13,24	11,69	10,3	3,76	2,28	4,85	6,78	6,63	9,11	12,13	13,43	6,75
Licença remunerada por motivo de saúde	15,6	30,04	24,81	22,88	9,97	4,96	10,39	16,16	16,66	24,05	28,57	29,63	21,01
Outro tipo de licença remunerada	1,17	1,63	1,74	1,67	3,86	8,98	9,78	7,49	4,96	4,42	2,93	2,34	1,05
Afastamento do próprio negócio	6,27	11,74	8,93	7	4,25	3,82	5,93	8,7	8,48	12,01	11,89	11,7	9,27
Fatores ocasionais	2,5	4,44	2,35	2,48	7,88	6,79	3,52	3,54	2,85	3,82	3,61	3,34	4,33
Outro motivo	4,74	7,08	5,38	5,5	27,04	65,11	57,15	41,16	34,45	32,4	17,93	12,89	8,14

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## Anexo

O quadro 1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa Orçamentária Familiar (POF) 2008/2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtém as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. O quadro 1 apresenta também as faixas de renda a preços de fevereiro de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

QUADRO 1

**Faixas de renda mensal domiciliar**

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ jan./2009)	Renda domiciliar (R\$ mai./2020)
1 - Renda muito baixa	menor que R\$ 900	menor que R\$ 1650,50
2 - Renda baixa	entre R\$ 900 e R\$ 1350	entre R\$ 1650,50 e R\$ 2471,09
3 - Renda média-baixa	entre R\$ 1350 e R\$ 2250	entre R\$ 2471,09 e R\$ 4127,41
4 - Renda média	entre R\$ 2250 e R\$ 4500	entre R\$ 4127,41 e R\$ 8254,83
5 - Renda média-alta	entre R\$ 4500 e R\$ 9000	entre R\$ 8254,83 e R\$ 16509,66
6 - Renda alta	maior que R\$ 9000	maior que R\$ 16509,66

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O quadro 2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, além do quarto trimestre de 2019. Destaca-se, na comparação com o último trimestre do ano anterior, um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho com queda dos domicílios de renda muito baixa e o aumento dos domicílios de renda do trabalho baixa com a queda da proporção de domicílios de renda média-baixa.

QUADRO 2

**Domicílios por faixas de renda (do trabalho)**

(Em %)

Faixa de renda	1º tri./2018	1º tri./2019	4º tri./2019	1º tri./2020
0 - Sem renda do trabalho	19,07	22,71	22,16	23,48
1 - Renda muito baixa	28,41	29,82	29,19	28,51
2 - Renda baixa	12,40	11,58	11,61	13,05
3 - Renda média-baixa	18,66	17,08	17,25	15,76
4 - Renda média	14,02	12,22	12,82	12,34
5 - Renda média-alta	5,24	4,54	4,80	4,67
6 - Renda alta	2,01	2,05	2,16	2,19

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor)  
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Diretor Adjunto)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)  
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Editor)  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos (Editor)  
Fábio Servo  
José Ronaldo de Castro Souza Júnior  
Leonardo Mello de Carvalho  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa  
Sandro Sacchet de Carvalho

**Pesquisadores Visitantes:**

Ana Cecília Kreter  
Andreza Aparecida Palma  
Antônio Carlos Simões Florido  
Cristiano da Costa Silva  
Felipe Moraes Cornelio  
Paulo Mansur Levy  
Sidney Martins Caetano

**Equipe de Assistentes:**

Alexandre Magno de Almeida Leão  
Caio Rodrigues Gomes Leite  
Diego Ferreira  
Diego Rosalino Marques  
Felipe dos Santos Martins  
Izabel Nolau de Souza  
Marcelo Lima de Moraes  
Pedro Mendes Garcia  
Rafael Pastre  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges  
Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.